

Brasil de ontem e de hoje

As mudanças dos últimos 20 anos não se esgotam no plano político nem econômico. Abrangem outros aspectos, como cultura, comportamento, relações homem-mulher e interétnicas. Aqui, abordamos algumas delas sob a ótica de observadores e protagonistas privilegiados

Patrícia Costa

COMUNICAÇÃO

Espetáculo no lugar da informação

Nos anos 70, por causa da censura, havia uma sede de ir em busca das notícias. Hoje, a curiosidade ficou amesquinhada; não interessam as coisas sérias. O velho desejo de informar é superado pelo de ser vedete. O jornalismo não atende mais às necessidades de informação. Arrogância, preguiça e individualismo marcam a imprensa hoje, mas isso pode ser superado. O nível intelectual do jornalista ainda é bom. O povo não é bobo, não, e critica os meios de comunicação." Eis o resumo do pensamento de Ana Arruda, jornalista há mais de 20 anos e professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ana lembra que, antigamente, existia grande vontade de furar a censura, "mas havia também muita acomodação. A indústria da informação serviu ao regime militar perfeitamente".

Hoje, todavia, não há matéria que não tenha maldade ou escândalo, reflexo de um fenômeno que chama de "pós-modernidade caricatural". Só interessa o pitoresco, o chocante: só se fala em Ruan-da porque lá está morrendo muita gente, mas o conflito é bem antigo. Para ela, o jornalismo não está mais atendendo às necessidades de informação, mesmo com a liberdade de imprensa reconquistada a partir de 1976: "O texto, antes coletivo, hoje é autoral. Só os chargistas estão usando bem a liberalização."

José Augusto Ribeiro concorda com Ana Arruda, embora com outra linha de pensamento. Formado em Direito, traba-

lhando há 38 anos em jornalismo, foi editor-chefe do jornal *O Globo* por quase dez anos, durante a ditadura. Entrou para a equipe da Editora Terceiro Mundo em 1990, e hoje é editor da *Revista do Mercosul*. Ele afirma que, com a abertura iniciada no governo Geisel, a maioria dos jornalistas estava mais preocupada "com uma abstração chamada cidadania do que com a aspiração da justiça social. Estavam despreparados para lidar com uma realidade que lhes estava sendo apresentada".

A grande responsável por esse quadro teria sido a lei assinada por Jânio Quadros, em 1961 (e regulamentada em 1969), que tornava obrigatório o diploma de jornalismo: "Acabou aí a chance de pessoas mais pobres exercerem o jornalismo. Por isso, hoje, o jornalista reflete muito a visão das classes dominantes."

José Augusto diz que a grande qualidade de **cadernos do terceiro mundo** é ser independente de interesses empresariais: "O próprio título da revista é um atrevimento, porque a classe dominante e elitista tem horror do Terceiro Mundo."

Ana Arruda, por sua vez, vê em **cadernos** uma "tentativa heróica de publicar informações que não interessam, porque o Terceiro Mundo não interessa". E exemplifica: "Passei um tempão querendo saber o que era o Sendero Luminoso, pois o que lia nos jornais me fazia pensar que eram um bando de malucos. Aí Beatriz Bissio foi ao Peru e fez uma longa reportagem. Só então fiquei sabendo o que era o Sendero Lu-

minoso, mesmo."

Ana lembra que, há duas décadas, o poder da imprensa era muito maior sobre a opinião pública: "O Lacerda derrubou sozinho o Getúlio usando apenas a *Tribuna da Imprensa*."

Hoje, isso não ocorre mais. Denúncias de corrupção são feitas mas nada acontece." A TV também não tem todo o poder e impacto de que se fala: "Ela influi sobre o comportamento das pessoas, mas não sobre as decisões do país. As pessoas não engolem mais qualquer coisa, aprenderam a criticar os meios de comunicação." O rádio — o meio mais eficaz de informação — acabou servindo hoje como mais um instrumento de lazer.

A jornalista cita ainda uma assustadora estatística: num país de 150 milhões de habitantes, a tiragem de todos os jornais juntos não passa de quatro milhões, com grande concentração no Sudeste: "Isso minimizou a informação local. Hoje temos uma crise de superficialidade, mas que pode ser superada; o país tem de ficar sério e crescer. O nível intelectual do jornalista ainda é bom. Cabe a ele iniciar este processo", finaliza. ■

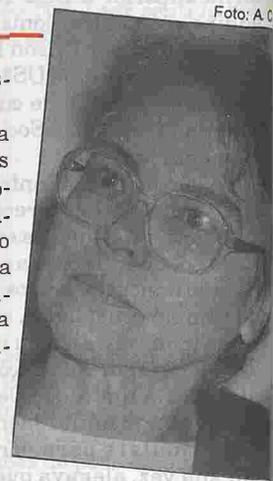


Foto: A.C.

CULTURA

Escuridão e renascimento

“O ano de 1974 marca o início da abertura. O regime militar já pensava numa política nacional de cultura, mas esbarrou com a desconfiança de intelectuais e artistas esmagados pela repressão. Com a criação da Funarte, a produção cultural voltou, bem devagar. Durante todo o regime, houve grande resistência cultural, com o crescimento da imprensa alternativa. Em 1983, avançou-se na institucionalização da cultura com a fundação do Fórum Nacional de Secretários da Cultura. A regressão veio com Fernando Collor, que conseguiu destruir quase tudo o que havia sido construído e reconstruído na cultura.”

Palavras de Arthur Poerner, escritor, jornalista, advogado e presidente da Fundação Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro desde 1991. Ficou exilado na Alemanha de 1970 a 1984, período no qual foi colaborador de *O Pasquim*, do Rio de Janeiro.

Poerner lembra os anos 70 como a década do lento e difícil renascimento da cultura, destruída pelo AI-5 em 68, que gerou anos de escuridão e medo.

Para ele, o regime militar começou a enfraquecer com a vitória relativa da oposição democrática, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nas eleições de 74. Logo depois, veio a criação da Fundação Nacional de Arte (Funarte); o AI-5 caiu em fins de 78 e, em 79, chegou a anistia. Artistas e intelectuais começaram a acreditar nas mudanças.

Ele lembra que o humor foi o maior foco de resistência cultural: “*O Pasquim* era o melhor exemplo. As charges do Jaguar diziam tudo o que a imprensa não podia escrever.” Apesar do AI-5 e da repressão, Poerner crê que “as mudanças ocorridas na área cultural no Brasil foram todas positivas após o declínio da censura”.

No entanto, tudo isso foi destruído em 1990 por Fernando Collor. “De uma penada, ele desmantelou toda a estrutura que se havia conseguido organizar, inclusive acabando com o Ministério da Cultura e a Lei Sarney. Deu fim à indústria cinematográfica nacional, tudo com base na concepção de seu secretário de Cultura, Ipojuca Pontes, segundo a qual

cultura boa é a que dá lucro”, afirma Poerner. Esta fase só acabou com a posse de Itamar Franco, que trouxe de volta o Ministério da Cultura. Arthur Poerner considera que cultura é parte fundamental de uma política de desenvolvimento: “A indústria cultural vai ser a quinta no faturamento mundial do século XXI”, garante.

O escritor tem boas lembranças de cadernos do terceiro mundo: “Me lembro da revista em Portugal, abrindo espaço para reuniões de brasileiros que lutavam pela anistia no Brasil. Ela cobria esses encontros que reuniam artistas, políticos e intelectuais como Augusto Boal, Brizola e outros.”



Foto: A. C. Junior

PARTICIPAÇÃO POPULAR

A nova política da cidadania

“Este foi o pior período da América Latina. O Brasil acompanhava essa tendência: controle rígido da mídia e desenvolvimento econômico selvagem. Mas o país era maior do que a ditadura. A crise dos militares começou a partir de 1975 e o movimento democrático avançou. As atuais eleições representam um mosaico de todas estas lutas. A gente descobre que a cidadania se constrói nas cidades. Essa é a nova política.” Eis a síntese do depoimento do sociólogo Herbert de Souza, Betinho, que, em 1974, estava no exílio, no Canadá. Betinho acompanhava os fatos no Brasil através da imprensa internacional e de recortes de jornal que seu irmão Henfil lhe mandava sema-

nalmente. Lembra que a única coisa que o desesperava no Canadá era a greve nos correios: “Era como se cortassem um balão de oxigênio de alguém que precisasse dele.”

Para Betinho, o período Médici/Geisel foi marcado por um nacionalismo de direita, sem espaço para a mudança: “Havia uma resistência à ditadura no exterior, denúncia dos crimes cometidos pelos organismos de segurança que faziam o que bem entendiam no país. O movimento de oposição – por mais banal que fosse – se tornava um risco de vida. Era preciso ter muita fé, o quadro era aparentemente inamovível.”

A anistia, vinda em setembro de 1979, pegou Betinho de surpresa. “Em

outubro, vim correndo para acreditar. Voltei para o México, onde vivia desde 77 e, em dezembro, estava de mala e cuia em São Paulo, na casa do Henfil.”

O Brasil teve grande influência para a crise das ditaduras, que se alastrou por todo o continente. “Foi aqui que a onda democrática se iniciou e ainda está em desenvolvimento. O quadro da América Latina é hoje muito mais

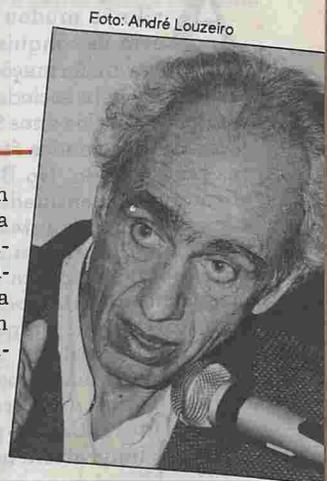


Foto: André Louzeiro

Brasil de ontem e de hoje

promissor, mesmo que muita coisa ainda deva ser feita. Estamos no rumo certo”, acredita Betinho, pois “a solução militar se desmoralizou sob todos os aspectos, e a consciência de cidadania na América Latina cresceu, reflexo de um fenômeno mundial”.

Quando João Figueiredo terminou seu governo, foi o esgotamento da ditadura. “Mas ela foi vencida pela cultura e pela própria realidade. Ninguém pode estabelecer uma censura total, num país com essa variedade cultural e social”, diz.

Apesar de todos os problemas, da fome e da miséria, Betinho acredita que o rumo da política é a democracia. “Nesse caminho as coisas mudam”, diz, e lembra as próximas eleições de outubro, na qual quase todos os candidatos discutem democraticamente. Nesse sentido, ele é otimista, “pois o que constrói o futuro é a democracia; não só o fato de se fazer eleições a cada quatro anos, mas uma democracia econômica, social e cultural, na qual se produz a igualdade, a participação, se acata adi-

versidade de opiniões e valores”.

A expectativa agora é a cidadania. Descobre-se que existem papéis específicos para o Estado, mas que há também iniciativas específicas da cidadania soberana. E cita como exemplo o apoio à Ação da Cidadania Contra a Miséria, a Fome e Pela Vida, produzida e organizada pela sociedade. Segundo o Ibope, em dezembro de 1993, 93% da população a apoiavam. Em julho deste ano, 90% ainda a acham necessária.

Sobre **cadernos do terceiro mundo**, que conheceu no México, durante o exílio, o sociólogo tem muitas e boas recordações. Considera a revista parte da resistência, com uma preocupação internacionalista, voltada para o mundo dos excluídos e dominados: “Cada número era um parto, sempre com problemas financeiros e uma equipe de abnegados santos. Era feita na base da militância, uma forma de colaborar para que o Brasil e o mundo mudassem. Quando veio a anistia, **cadernos** se instalou no país e se inscreveu

nesse movimento de transformação nacional.” Betinho diz que a revista demonstra a capacidade de resistência das idéias: “Tem gente que tem muito dinheiro e não consegue se sustentar. Mas a revista sempre teve uma proposta que a faz sobreviver.” Ressalta ainda a qualidade de se sintonizar com as mudanças do mundo, “em alguns momentos até, quem sabe, se antecipando a essas transformações”.

Segundo ele, **cadernos do terceiro mundo** é hoje a única revista que vai às bancas com “total autonomia”: “As outras são publicações que refletem muito o mercado. Existem as revistas das organizações não-governamentais (ONGs), mas têm um universo restrito.”

O sociólogo acredita ainda que o Brasil tem tudo para terminar o século dando uma virada. “Mas isso só será possível se formos capazes de pensar a humanidade como o centro do desenvolvimento, e ter a erradicação da miséria como o objetivo essencial.”

MINORIAS

As lutas de sempre

“**A** situação das minorias do Brasil não mudou muito, mesmo com as conquistas da Constituinte. As transformações foram provocadas mais pela sociedade civil do que pelo governo. Nos anos 90, há a proliferação de identidades étnicas e folclóricas pelo mundo. No Brasil, tenta-se afirmar uma identidade afro-brasileira e grupos de migrantes resgatam sua identidade.” Eis o resumo do que diz a antropóloga Giralda Seyferth, com mestrado em Antropologia pela UFRJ e doutorado em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (USP), que trabalha no Museu Nacional do Rio de Janeiro desde 1970, atualmente realizando pesquisas sobre a política imigratória no país.

Giralda crê que o preconceito racial no Brasil ainda é muito forte e velado. Para ela, se houve uma alteração foi no sentido de a população civil ter tomado conhecimento de alguns temas delicados como a questão indígena. “Várias reservas indígenas foram demarcadas

nestes últimos anos mais em função da mobilização das ONGs e da Igreja. Foi uma conquista da abertura democrática”, analisa.

O professor José Flávio Pessoa de Barros, coordenador do Instituto Pro-Afro, do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pensa diferente: “Nos últimos 20 anos, ocorreram avanços significativos para o movimento negro no país, principalmente na política. Em 1974, nenhum partido político discutia a questão negra enquanto cultura e participação social. Hoje, quase todos eles lidam com essa questão, sem falar no crescente número de políticos que assumem sua condição de negros, ganham espaço e discutem abertamente o problema do preconceito.” Para ele, organização popular sempre existiu no Brasil: “Os quilombos foram uma mobilização civil, assim como as greves dos anos 30. A organização foi sendo aprimorada com o tempo, de uma forma ou outra.”

A antropóloga Giralda Seyferth destaca outra mudança: nos anos 30/40, havia no mundo uma “ideologia da assimilação”: a humanidade se uniria, desaparecendo as diferenças étnicas e culturais. No Brasil, esse fenômeno se manifestou através do nacionalismo de Gilberto Freyre. Há hoje, em contrapartida, uma proliferação de identidades étnicas e folclóricas pelo mundo: “No Brasil, há uma tentativa de afirmação da identidade afro-brasileira; os grupos de imigrantes estão resgatando suas origens etc. Mas as diferenças são unidas pela ideologia do “ser brasileiro”; elas são mais culturais”, conclui ela.

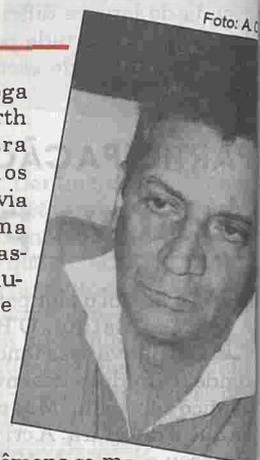


Foto: A.C.

Editora Terceiro Mundo Ltda.

MULHER

A nova identidade

Foto: André Louzeiro



Esses 20 anos marcam o ressurgimento do movimento de mulheres, nova onda feminista nos Estados Unidos e na Europa, que proliferou no Brasil, com várias conquistas. Hoje, as reivindicações são basicamente as mesmas, mas estamos tentando colocar a relação homem/mulher em novos patamares. Numa convivência harmônica e sem conflitos."

Esta é a tônica do depoimento da socióloga Moema Toscano, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (Cedim/RJ).

Moema afirma que a onda feminista dos anos 70 foi resultado de transformações geradas pelo período do pós-guerra. Foi criado, no Brasil, em 1975, o Centro da Mulher Brasileira, a partir do I Congresso de Mulheres no México, no mesmo ano. "Na época, a luta era pela igualdade no trabalho. A mulher não era contemplada pela legislação, principalmente as trabalhadoras rurais, as empregadas domésticas e as autônomas." Outras batalhas eram a violência doméstica contra a mulher e a discussão sobre a sexualidade feminina. O início das conquistas no Brasil foi o voto feminino, em 1934, e a anulação, em 1962, da legislação que disciplinava

a situação e o comportamento da mulher casada, e chegava a penalizar a mulher que se separava.

A partir daí, o movimento proliferou. "Surgiram a imprensa feminina e os grupos de estudo em universidades. A imprensa teve papel importante na propagação dessa discussão", destaca a feminista. Moema crê que a maioria das mulheres hoje politicamente ativas são herdeiras das conquistas do movimento feminista.

Nos anos 80, veio a criação dos primeiros Conselhos dos Direitos da Mulher e Delegacias da Mulher. A assinatura da Convenção pela Eliminação dos Preconceitos contra a Mulher, ocorrida na ONU neste período, forçou o governo brasileiro a se comprometer: "Surgiu a necessidade de um projeto específico para a saúde da mulher, para o câncer de mama, o aleitamento materno, o pré-natal etc. Veio ainda a possibilidade de aumentar a representatividade da mulher na política."

Mas ainda há muito o que fazer neste campo. Moema afirma que os direitos reprodutivos, por exemplo, adquiriram autonomia (enquanto tema isolado) somente no Fórum Global da Conferência das Nações Unidas sobre Meio

Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), através do Planeta Fêmea.

Ela ressalta que nem tudo foram flores. As conquistas tiveram algumas consequências negativas em nível pessoal: "A mulher que trabalha fora hoje faz dupla jornada; além disso, não pode acompanhar o crescimento de seu filho de perto. E há mais separações, porque a mulher, ao lutar por seu espaço, amplia seus horizontes e, na maioria das vezes, o homem não está preparado para ceder."

Hoje tenta-se rever a relação homem/mulher: "Antes, este relacionamento era conflitante, basicamente unilateral. Hoje, busca-se nova linguagem que torne possível a convivência mais harmônica." E um crescimento constante, onde tanto a mulher como o homem devem fazer sacrifícios, acordos e concessões. "Não é um caminho fácil, mas a gente chega lá", completa ela. ■

COMPORTAMENTO

Reforço do individualismo

Nos anos 70, a censura e os reflexos da não-concretização dos sonhos idealizados na década de 60 fizeram com que as pessoas se voltassem para o seu próprio íntimo, procurando a satisfação individual. No Brasil, isso foi se acentuando, com a desilusão, causada pelo restabelecimento da democracia no campo político não ter sido acompanhado pela democracia social e econômica, e sim do aumento da corrupção e da manutenção dos privilégios. Esse desencanto já se transformou em cinismo." A afirmação é do psicanalista Jurandir Freire Costa.

Professor do Mestrado e Doutorado em Saúde Coletiva na Uerj, Jurandir

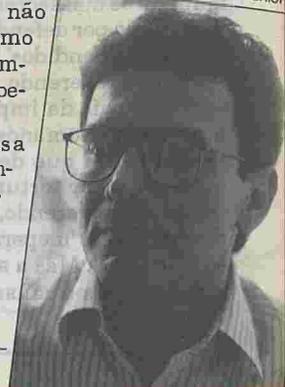
acredita que o apogeu de cultura darazão cínica ocorreu no final da década de 80, com o total descrédito da população em relação ao cumprimento da lei. "Tanto que a retomada da ética vem sendo debatida com frequência nos últimos anos, devido ao estágio de desestruturação social alcançado no país."

Esse sentimento de individualidade extrema, de cada um por si, já estaria alterando a divisão social no país. A separação que, ainda na década de 70, poderia ser chamada de divisão de classes, para Jurandir hoje está se transformando em divisão em "castas". No primeiro tipo, os membros da classe superior reconhecem no representante da

classe inferior "alguém como ele, com integridade física e moral, que faz parte do conjunto". Na divisão por castas, "os marginalizados cada vez mais se afastam do centro da sociedade e passam a não ser encarados como sujeitos pelos membros da classe superior e vice-versa."

A partir dessa oposição mútua entre os extratos sociais, o direito à vida começa a ser desrespeitado. "O delin-

Foto: A. C. Junior



quente mata por não reconhecer o direito à vida ao outro, enquanto o lado oposto pede pena de morte para os infratores, não os reconhecendo como semelhantes.”

Esse predomínio da individualidade acabou provocando mudanças no comportamento afetivo. Nos anos 70, ainda ocorria a hegemonia dos modelos tradicionais de ligação amorosa, com o “código dominante” baseado em quatro itens: a crença no ideal do amor romântico, a existência do núcleo familiar, o vínculo com uma única pessoa e a relação homem/mulher.

“A descoberta do parceiro ideal para formar a família atendia a uma

satisfação pessoal nessa época, mas ao mesmo tempo era um modo de atender às exigências da sociedade, como a reprodução da espécie, da cultura e a formação do futuro cidadão.”

A predominância do individualismo, a descrença no futuro da sociedade e o reforço do consumismo fizeram com que as relações comessem a mudar. Uma das mudanças primordiais foi o fato da sexualidade ficar desvinculada dos ideais tradicionais de compromisso moral com o restante da sociedade (fidelidade, reprodução da família). “O que importa hoje em dia é a satisfação pessoal”, diz Jurandir.

Práticas antes taxadas como con-

trárias ao instinto natural de reprodução, como o homossexualismo, hoje continuam sendo reprovadas, mas por outra razão: são encaradas como um reflexo de incompetência e inferioridade por a pessoa não ter conseguido seguir a “normalidade”.

Com essa transformação, as relações afetivas passaram a ser mais frágeis, já que no momento em que a pessoa acredita que o seu parceiro está lhe tolhendo a liberdade, o relacionamento é rompido. “O ideal é que o outro não perceba que eu dependo dele afetivamente”, afirma, o que garante a independência emocional do indivíduo. (Marcelo Monteiro)

DIREITOS HUMANOS

Tortura sobrevive no país

“Vinte anos depois do auge da repressão militar, a tortura continua sendo a mais corriqueira violação dos direitos humanos. Um caso de tortura está sendo praticado agora mesmo na delegacia mais próxima do leitor.” A constatação é do pastor presbiteriano Jaime Wright, que coordenou o projeto Brasil: Nunca Mais, que resultou no livro homônimo que conta a trágica história de torturados durante o regime militar e revela os nomes dos algozes.

Jaime Wright percebe, no entanto, uma diferença fundamental entre a violação dos direitos humanos no período 68/75 e hoje. No primeiro período, a sociedade apoiava os grupos que denunciavam a tortura porque boa parte dos que sofriam eram membros da classe média. Hoje, a indiferença é maior porque “são os pobres, na maioria negros”, os torturados. “E a Igreja, ao denunciar a tortura sofrida pelo ‘preso comum’ ou os massacres de detentos, é vilipendiada por defender ‘os direitos humanos dos bandidos’”, afirma.

Para o reverendo, o Brasil continua sendo “o país da impunidade” quanto aos direitos humanos, devido à inexistência de lei que defina penas para quem praticar tortura. Essa omissão, segundo o reverendo, deve ser atribuída em parte à “inoperância do Congresso Nacional”. Mas a ausência de dispositivos legais é causada também pela

falta de “vontade política do Poder Executivo”, segundo ele.

Em janeiro deste ano, o presidente Itamar Franco anunciou o envio ao Congresso de projeto de lei propondo regulamentação do crime de tortura. Em 28 de março, o então ministro da Justiça, Mauricio Corrêa, divulgou um pacote antiviolença, onde não constava a definição de tal crime. Wright analisa: “A intervenção militar contribuiu também para a não-regulamentação do crime de tortura e, conseqüentemente, pela não-apuração dos casos de mortos e desaparecidos durante a ditadura.”

A lei da anistia aprovada em 1979 pelo Congresso Nacional também ajudou a manter impunes os que torturaram. Jaime Wright cita como agravante da impunidade a nomeação de “torturadores para cargos públicos”.

A apuração de violações atuais e a punição dos responsáveis continuará difícil, caso não se limite a ação dos tribunais militares, para Wright: “Nos crimes contra o cidadão civil, o julgamento dos tribunais militares tem se revelado complacente com crimes hediondos, a violência desregrada e com a arbitrariedade.”

A participação de entidades, especialmente estrangeiras, denunciando violações aos direitos humanos, segundo Jaime Wright, pode provocar ações reparadoras por parte das autoridades, para manter a imagem externa do go-

verno. Ele cita denúncias do Conselho Mundial de Igrejas em 1974 a partir de Genebra (Suíça) sobre “as barbáries” que estavam sendo cometidas no Brasil e os relatórios atuais produzidos por entidades como a Americas Watch sobre morte de meninos de rua e de presos.

O reverendo acha que o cidadão “cujos brios estão feridos pelo escândalo da impunidade” deve denunciar casos de tortura em delegacias e nomeação de torturador para cargo público; exigir dos candidatos às eleições de 1994 o compromisso de não indicar para cargos de confiança implicados em tortura e afastá-los do serviço público; pressionar o Congresso Nacional para aprovar a regulamentação do artigo 5º da Constituição, parágrafos 3 e 43, que proíbe a tortura e a torna crime inafiançável, e para que os parlamentares aproveitem projeto de lei que transfere para a Justiça comum todos os crimes cometidos por militares. (Marcelo Monteiro)

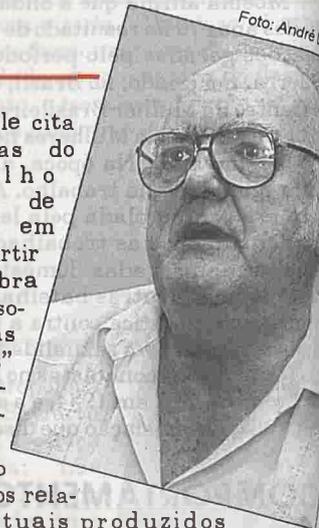


Foto: André